



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI – FACULDADE DE MEDICINA
COORDENAÇÃO DO INTERNATO

REGIMENTO DO INTERNATO MÉDICO

Barbalha – 2025

Autoridades

- **Reitor:** Prof. Silvério de Paiva Freitas Júnior
- **Vice-Reitora:** Prof^a. Ledjane Lima Sobrinho
- **Diretor da Faculdade de Medicina:** Prof. Cláudio Gleidiston Lima da Silva
- **Vice-Diretora da Faculdade de Medicina:** Prof^a. Maria do Socorro Vieira dos Santos
- **Coordenadora do Curso de Medicina:** Prof^a. Patrícia Rosane Leite de Figueiredo
- **Vice-Coordenadora do Curso de Medicina:** Prof^a. Thaís Tavares Sampaio
- **Coordenadora Geral do Internato:** Prof^a. Emmanuela Quental Callou Sá

Coordenadores de Áreas

- **Internato em Cirurgia:** Prof. Edglê Pedro de Sousa Filho
- **Internato em Tocoginecologia:** Prof^a. Maria Aparecida Tiburcio
- **Internato em Pediatria:** Prof^a. Carmem Ulisses Peixoto Esmeraldo
- **Internato em Clínica Médica:** Prof. Jucier Gonçalves Júnior
- **Internato em Saúde da Família e Saúde Mental:** Prof. Bernardo Pinheiro C. de Brito Gonçalves

Representações

- **Membro Discente:** Renee Castro Araújo
 - **Secretário:** Josivan Francisco Cruz
 - **Telefone:** (88) 3221-9603
 - **E-mail:** internatomed.famed@ufca.edu.br
-

REGIMENTO DO INTERNATO

Art. 1º – Disposições gerais

O presente Regimento disciplina a organização e o funcionamento do Internato do Curso de Medicina da Universidade Federal do Cariri (UFCA), em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina (Resolução CNE/CES nº 3, de 20 de junho de 2014; nº 4, de 7 de novembro de 2001; Resolução nº 9, de 24 de maio de 1983; Resolução nº 1, de 4 de maio de 1989, do Conselho Federal de Educação; e Resolução nº 46, de 2 de agosto de 2001, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFC).

CAPÍTULO I – Disposições Preliminares

Art. 2º – Estrutura da formação

A formação médica no curso de Medicina da UFCA incluirá, dentre outras atividades, estágio curricular obrigatório de treinamento em regime de internato, em serviços próprios ou conveniados e sob supervisão direta dos docentes da Escola.

§ 1º – Em consonância com o art. 24 da Resolução nº 3/2014–CNE/CES, a carga horária mínima do estágio curricular deverá atingir **2.520 horas**, equivalente a **35%** da carga horária total do Curso de Graduação em Medicina da UFCA.

§ 2º – O Internato incluirá, necessariamente, aspectos essenciais nas áreas de **Clínica Médica, Clínica Cirúrgica, Tocoginecologia, Pediatria e Saúde da Família e Saúde Mental**, contemplando atividades nos três níveis de atenção à saúde (primário, secundário e terciário). As atividades devem ser predominantemente práticas.

CAPÍTULO II – Natureza e Objetivos

Art. 3º – Caracterização do Internato

Os estudantes do Curso de Graduação em Medicina serão submetidos, em caráter obrigatório, ao Programa de Internato durante os últimos **24 meses letivos**, observando-se a legislação pertinente, o Regulamento dos Cursos de Graduação da UFCA, o Regimento Interno do Curso de Medicina e as disposições deste Regimento.

§ 1º – Entende-se por **Internato** o último ciclo do curso de graduação em Medicina, livre de disciplinas acadêmicas, no qual o estudante recebe **treinamento intensivo e contínuo**, sob supervisão docente, em instituições de saúde vinculadas ou não à Escola Médica.

§ 2º – Para **iniciar** o Internato, o estudante deverá ter sido aprovado em **todos os módulos obrigatórios até o 8º semestre**, além de ter cumprido **120 horas** em módulos optativos e **120 horas** de atividades complementares.

Art. 4º – Objetivos do Internato

- A. Consolidar a formação do médico geral, apto a **resolver** ou **encaminhar adequadamente** os problemas de saúde mais prevalentes da população assistida;
 - B. **Ampliar, integrar e aplicar** os conhecimentos adquiridos nos ciclos anteriores;
 - C. Aperfeiçoar **conhecimentos, habilidades e atitudes** indispensáveis ao ato médico;
 - D. Promover **atitudes** adequadas à assistência ao paciente;
 - E. Favorecer a **prática integrada** com a equipe multiprofissional;
 - F. Proporcionar **interação escola-comunidade** em atividades extra-hospitalares e/ou de campo;
 - G. **Estimular** a promoção e a preservação da saúde e a prevenção de doenças; Desenvolver a **consciência de limites, responsabilidades e deveres éticos** do médico perante pacientes, pares, equipe, instituição e comunidade;
 - H. Fomentar a **educação permanente** e o aperfeiçoamento profissional contínuo.
-

CAPÍTULO III – Ordem dos Estágios, Férias e Eletivo

Art. 5º – Duração e organização

O Internato será realizado em **24 meses ininterruptos**, com **1 mês de férias por ano**.

§ 1º – O mês de férias do **segundo ano** deverá ocorrer no **último mês** de internato.

§ 2º – Durante o Internato, o estudante realizará estágios nas áreas de Clínica Médica, Medicina de Família e Comunidade, Cirurgia, Pediatria e Tocoginecologia, conforme quadro a seguir:

Área	ch	Percentual	Observações
Clínica Médica	880h	22%	Mínimo 5 meses Rodízio I: Enfermaria Rodízio II: Enfermaria Rodízio III: Ambulatório Rodízio IV: Emergência Rodízio V: UTI Rodízio VI: Eletivo, férias ou repetir
Saúde Mental e Saúde da Família	1200h	30%	Mínimo 5 meses Rodízio I: UBS Rodízio II: UBS Rodízio III: CRUTAC Rodízio IV: Emergência Rodízio V: Saúde Mental Rodízio VI: Eletivo , férias ou repetir
Pediatria	640 h	16%	Mínimo de 3 meses Rodízio I: Enfermaria Rodízio II: Ambulatório/Emerg. Rodízio III: Sala de Parto/Neo Rodízio IV: Eletivo, férias ou repetir
Tocoginecologia	640 h	16%	Mínimo de 3 meses Rodízio I: Enfermaria Rodízio II: Ambulatório Rodízio III: Sala de Parto Rodízio IV: Eletivo, férias ou repetir
Cirurgia	640 h	16%	Mínimo de 3 meses

			Rodízio I: Cirurgia Geral Rodízio II: Cirurgia Especialidade Rodízio III: Cirurgia Especialidade Rodízio IV: Eletivo, férias ou repetir
--	--	--	---

Notas:

(*) Caso as férias sejam autorizadas no rodízio.

(**) Caso as atividades do Internato se iniciem por este rodízio e o interno opte por não gozar férias, poderá realizar **dois meses** de estágio eletivo; alternativamente, se as férias forem autorizadas em outros rodízios, poderá gozar **dois meses** de estágio eletivo.

§ 3º – O mês de férias obrigatório poderá ser utilizado durante **qualquer rodízio**, exceto nos **últimos três meses** do internato. A definição ocorrerá **até 30 dias** após o início das atividades, com **anuência por escrito** do coordenador da área.

§ 4º – Não será deferida **antecipação de colação de grau** antes do encerramento de **todas** as atividades do Internato pela totalidade da turma, ou mediante finalização indevida de itens curriculares obrigatórios. — Será permitida **dispensa parcial de até 10%** da carga horária **de um** dos componentes do Internato (art. 253 do Regulamento de Graduação/UFCA), **exclusivamente** para estudantes que:

- a) comprovem **aprovação em residência médica** com início **anterior** à data regular de conclusão do curso, condicionada à antecipação da colação;
- b) tenham integralizado **mínimo de 3.600 horas** de Internato (carga mínima das DCNs);
- c) apresentem **documentação comprobatória** da aprovação e da exigência de conclusão antecipada, emitida por instituição com residência **reconhecida pela CNRM**.

O pedido será submetido ao **Colegiado do Curso**, com oitiva do setor de registros acadêmicos, e será **indeferido** se **qualquer** critério não for cumprido integralmente.

§ 5º – O interno terá direito a **1 mês** de **estágio eletivo**, a ser realizado **apenas** durante o rodízio de **Medicina de Família e Comunidade**. Entende-se por estágio eletivo aquele realizado em **qualquer área do conhecimento médico**, reconhecida

pelos órgãos reguladores e legislação pertinente, podendo ocorrer em instituição acadêmica **conveniada** com a UFCA.

CAPÍTULO IV – Da Ordem dos Estágios

Art. 6º – Sequência e trocas

A ordem dos estágios rotatórios será definida pela **Coordenação do Internato**, em reunião com os estudantes, com **antecedência mínima de 60 (sessenta) dias**.

Parágrafo único – Trocas na sequência dos rodízios mensais serão **excepcionais**. As solicitações deverão ser encaminhadas **por escrito**, com **justificativa**, à Coordenação do Internato, com **60 dias** de antecedência do início do estágio, e **somente** ocorrerão após **aprovação** do **Colegiado do Internato**, por **maioria simples**.

CAPÍTULO V – Do Campo de Estágio

Art. 7º – Locais

Os estágios rotatórios serão realizados no âmbito da **Faculdade de Medicina da UFCA** e em **instituições conveniadas**.

Art. 8º – Estágios fora da unidade federativa

O Colegiado do Curso poderá autorizar, no máximo, **25%** da carga horária total do Internato para realização de treinamento supervisionado **fora da unidade federativa**, preferencialmente em serviços do **SUS**, bem como em instituição conveniada que mantenha **Residência Médica credenciada pela CNRM** e/ou outros programas de qualidade equivalente **internacional** (Parágrafo 7º, art. 24 da Resolução nº 3/2014–CNE/CES).

§ 1º – Para evitar prejuízos aos serviços locais:

- a)** o percentual de internos liberados para estágio externo será definido **após o preenchimento das vagas locais**;
- b)** a liberação ocorrerá **após apreciação e aprovação** do pedido pelo **Coordenador de Área**.

§ 2º – Para estágio fora do âmbito da Instituição, é **necessário convênio**, conforme o art. 2º da Resolução nº 9/1983 e o art. 3º da Resolução nº 1/1989, do CFE.

§ 3º – Os termos dos convênios e demais condições operacionais são de competência da UFCA, por intermédio do **Magnífico Reitor**, após apreciação do **Conselho do Internato**, que considerará, para cadastramento das instituições, os seguintes critérios:

- A) Localização preferencial **no Estado do Ceará**;
 - B) Prova de funcionamento regular e **condições técnico-científicas** compatíveis com a formação exigida, a juízo do Conselho do Internato, incluindo **peçoal médico capacitado** para preceptoria;
 - C) Existência de **Programa de Residência Médica reconhecido** na área de estágio.
-

CAPÍTULO VI – Do Processo de Supervisão

Art. 9º – Conceito

Supervisão do Internato é a atividade de **acompanhamento e orientação** do estudante para garantir os objetivos de cada Programa.

Art. 10 º – Responsáveis

A supervisão será exercida pelos **preceptores** e pelo **Coordenador de Área**.

CAPÍTULO VII – Coordenadores e Preceptores

Art. 11 º – Coordenadores de Área

Cada área do Internato terá um **Coordenador**, nomeado pela Direção da Unidade Acadêmica dentre os docentes da respectiva área, com as seguintes atribuições:

- I. Coordenar, acompanhar, controlar e avaliar a **execução** do Internato na área;
- II. **Orientar** estudantes quanto a atividades, direitos e deveres;
- III. Coordenar **reuniões de preceptores**;
- IV. **Prestar informações** sobre o desenvolvimento do Internato;
- V. **Acompanhar** o lançamento das **notas finais** no prazo do Calendário Acadêmico;
- VI. **Informar**, periodicamente, ao **Coordenador do Internato** sobre o desenvolvimento do Programa;
- VII. **Comunicar** transgressões disciplinares à Coordenação do Internato;

VIII. Conduzir, em articulação com os órgãos competentes da UFCA, os **processos de avaliação** do Programa.

Art. 12 º – Preceptores

Os preceptores serão professores e médicos atuantes em cada área, com as seguintes atribuições:

- I. **Colaborar** na elaboração do Programa do Internato, com participação discente;
 - II. **Cumprir e fazer cumprir** os Programas do Internato;
 - III. **Acompanhar e avaliar** o desempenho discente em atividades teóricas e práticas;
 - IV. **Coordenar** reuniões e eventos com estudantes;
 - V. **Prestar informações** aos Coordenadores sobre o andamento dos Programas.
-

CAPÍTULO VIII – Dos Programas

Art. 13 º – Planos de Ensino

Os Planos de Ensino de cada área serão elaborados pelo **Coordenador de Área** e preceptores, com participação dos representantes discentes, e sua execução dependerá de **aprovação prévia** do **Colegiado de Coordenação do Curso**.

Art. 14 º – Conteúdo mínimo

Os Planos de Ensino devem incluir as informações **conforme modelo aprovado pela PROGRAD/UFCA**.

CAPÍTULO IX – Acompanhamento, Supervisão e Avaliação dos Estudantes

Art. 15 º – Natureza da avaliação

A avaliação integra o processo pedagógico e abrange: (1) avaliação do **Internato**; (2) avaliação dos **internos**.

§ 1º – A avaliação do Internato será realizada por coordenadores de área, preceptores e estudantes, ao final de cada período letivo, por **questionários da CAI**, subsidiando melhorias no processo formativo.

§ 2º – Avaliação formativa (mensal): nota **0 a 10**, correspondendo a **70%** da nota total. Critérios (20% cada):

I. **Frequência** (assiduidade, pontualidade, permanência no serviço), registrada pelo Supervisor Didático-Pedagógico da área;

II. **Habilidades e Competências** (técnicas e conhecimento científico);

III. **Aprendizado** (busca ativa, evolução durante o estágio);

IV. **Atitudes** (relação médico–paciente–família; comunicação; postura ético-humanística; dedicação);

V. **Conduta** (ética com equipe e colegas; interesse; iniciativa; responsabilidade; postura crítica).

§ 3º – Avaliação somativa (final da área): nota **0 a 10**, correspondendo a **30%** da nota total, idealmente por **OSCE** (Objective Structured Clinical Examination). Alternativamente, **Mini-CEX** em ambiente clínico. Na impossibilidade, **prova escrita** de múltipla escolha. Os conteúdos serão apresentados **no início** de cada rodízio.

Art. 18º – Cômputo da avaliação final

A avaliação final será a **média ponderada**: média das **notas formativas mensais** (peso **7,0**) + **nota somativa** (teórica e/ou prática/OSCE) (peso **3,0**).

Art. 19º – Critério de aproveitamento

Não poderá ser diplomado o interno que apresentar, no conjunto de tarefas do curso, **nota inferior a 7,0 (sete)**.

Art. 20º – Externos

Internos de outras IES matriculados no Internato da UFCA sujeitam-se às avaliações previstas neste Capítulo.

CAPÍTULO X – Frequência do Interno

Art. 21º – Jornada

A frequência integral é **obrigatória (40 h/semanais)**, devendo o total de horas corresponder à carga horária global do Programa.

§ 1º – Para reposição, **todas** as faltas deverão ser **justificadas**, comunicando-se à preceptoria ou chefia do serviço os **motivos** da ausência.

Art. 22 º – Percentual mínimo e justificativas

É obrigatória a frequência mínima de **90%** em todas as atividades do Internato, **não havendo abono de faltas**.

§ 1º – Serão permitidas faltas **dentro do limite de 10%** da carga horária nas seguintes situações:

A) **Atestado médico**;

B) **Luto** (cônjuge, filhos, pais e irmãos);

C) **Convocação** pelo Poder Judiciário ou por órgãos colegiados do Curso;

D) **Casamento** do estudante;

E) **Congresso médico**, comprovado por certificado, **limitado a 1/ano**.

§ 2º – Em todas as hipóteses, o estudante deverá **apresentar comprovação** à Coordenação do Internato, ficando a seu critério a **aceitação**.

§ 3º – No caso do item A, o coordenador de área pode solicitar **perícia médica** pelo setor de perícias da UFCA.

§ 4º – A falta **não justificada** ao **plantão** é **grave**, reduz o **conceito final** e poderá ser **recuperada** a critério do Coordenador da área.

§ 5º – **Mais de 25% de faltas** na mesma área é **critério de reprovação**, independentemente de reposição. O interno deverá **repetir o rodízio** correspondente **ao término** dos demais, condição para **colar grau**.

Art. 23 º – Aprovação por rodízio

Será aprovado o estudante com **média final $\geq 7,0$** e **frequência $\geq 90\%$** em **cada rodízio mensal**.

Parágrafo único – Se reprovado em **qualquer estágio** de uma área, o estudante deverá **repetir a área completa** ao término dos demais rodízios, condição para **colação de grau**.

Art. 24º – Trancamento Total do Período Letivo

Quando houver trancamento total do período letivo, o(a) interno(a) retomará o Internato **no período letivo subsequente**, exclusivamente no período **regular de**

matrícula, exatamente do ponto em que parou, sem necessidade de aguardar a conclusão dos demais rodízios da trilha curricular.

Dessa forma, o(a) estudante seguirá a **ordem normal da trilha de internato**, retomando no rodízio subsequente conforme a sequência estabelecida.

CAPÍTULO XI – Conselho do Internato

Art. 25º – Composição e natureza

Instância **deliberativa e consultiva** para assuntos do Internato, composta por:

- A) **Coordenador(a) do Curso de Medicina** (presidente);
- B) **Coordenadora Geral do Internato**;
- C) **Coordenadores de Área**;
- D) **Representante discente** do Internato;
- E) **Técnico-administrativo** (secretário/secretária).

§ 1º – As funções de Coordenação Geral e de Área são **atividades acadêmicas** (4 a 8 h semanais), constando no **plano individual de trabalho**.

§ 2º – Membros definidos por **portaria** da Direção (exceto presidente e Coordenação Geral). Mandato de **2 anos**, renovável por até **3 mandatos consecutivos**.

§ 3º – Mandato do representante discente: **1 ano**.

Art. 26º – Reuniões e quórum

Reuniões **ordinárias** a cada período letivo e **extraordinárias** por convocação do presidente ou de **2/3** dos membros, com **pauta divulgada**.

§ 1º – Quórum: **maioria simples** na 1ª convocação; **metade** na 2ª (após 30 min).

§ 2º – Decisões com **efeito imediato** quando **unâнимes** ou aprovadas por $\geq 2/3$.

§ 3º – Na ausência do presidente, preside o **Vice-Coordenador**; na ausência deste, a **Coordenação Geral** do Internato.

Art. 27º – Competências

- I. **Aprovar** os Planos de Ensino;
- II. **Supervisionar, acompanhar e avaliar** sua execução;
- III. **Identificar e solucionar** problemas do Internato;

IV. **Apoiar** preceptores;

V. **Propor** medidas de aperfeiçoamento pedagógico;

VI. **Zelar** pelo cumprimento da legislação e normas aplicáveis.

Parágrafo único – As atividades serão **registradas em atas** e as deliberações emitidas na forma de **pareceres**.

CAPÍTULO XII – Coordenação do Internato

Art. 28º – Nomeação e homologação

O **Coordenador(a) do Internato** será nomeado pela **Direção**; decisões da Coordenação deverão ser **homologadas** pelo **Colegiado de Coordenação do Curso** nos casos omissos deste Regimento.

Art. 29º – Atribuições

- I. **Convocar e presidir** reuniões da Coordenação do Internato;
 - II. Manter **sistema de informações** sobre acompanhamento e desenvolvimento;
 - III. **Articular-se** com os órgãos do Programa visando ao aperfeiçoamento formativo;
 - IV. **Articular-se** com a **PROGRAD/UFCA** para dirimir dúvidas legais;
 - V. **Informar** periodicamente à Coordenação do Curso sobre o desenvolvimento;
 - VI. **Comunicar** transgressões disciplinares à Coordenação do Curso para providências.
-

CAPÍTULO XIII – Dos Estudantes

Art. 30º – Direitos

- I. **Alojamento e alimentação** nos dias de plantão;
- II. **Seguro de vida** custeado pela UFCA;
- III. **Encaminhamento de recurso** à Coordenação do Internato (1ª instância) e à Coordenação do Curso (2ª instância).

Art. 31º – Deveres

- I. Cumprir **horários e plantões**;
- II. Cumprir o **calendário** do Internato;
- III. **Dedicar-se** aos estudos e atividades;

- IV. **Frequentar** cursos, reuniões e eventos do Programa;
- V. **Relacionar-se eticamente** com pacientes, docentes, servidores e colegas;
- VI. Cumprir este Regimento, o Regulamento dos Cursos de Graduação da UFCA, o **Código de Ética** da UFCA e as **normas das instituições** onde ocorre o Internato;
- VII. **Preencher cadastro** na Secretaria do Internato, anexando **foto 3×4**, RG e CPF (ou envio da foto por e-mail indicado pela Secretaria).

Art. 32º – Representação discente

O representante discente (ou suplente) terá **voz e voto** no Conselho e na Coordenação do Internato, cabendo-lhe:

- I. **Reunir-se** regularmente com estudantes para acompanhar o Programa;
- II. **Submeter** à Coordenação do Internato as **reivindicações** estudantis.

Parágrafo único – A escolha do representante ocorrerá entre os estudantes, por **votação organizada pelo Centro Acadêmico**. O resultado **anual** deverá ser encaminhado **por e-mail** à Secretaria do Internato.

CAPÍTULO XIV – Infrações e Penalidades

Art. 33º – Classificação das infrações

a) Leves

- I. Atraso < **15 min** em qualquer atividade;
- II. Saída **antecipada** sem anuência do docente responsável;
- III. Deixar de cumprir **tarefas** sob sua responsabilidade;
- IV. **Troca** de escala sem **autorização prévia** do Coordenador de Área;
- V. Comparecer **sem traje adequado/limpeza** ou **sem crachá**.

b) Moderadas

- I. Atraso ≥ **15 min**;
- II. **Reincidência** em infrações leves.

c) Graves

- I. **Falta não justificada** a atividade programada (ou justificativa **não aceita**);
- II. **Ato antiético, desrespeitoso ou imoral** contra qualquer pessoa nas dependências da Unidade;
- III. **Retirada** de prontuários/documentos sem autorização;
- IV. **Descumprimento** de normas das instituições de saúde;

V. **Reincidência** em infrações moderadas.

Parágrafo único – Observações complementares

- I. Atrasos **≥ 15 min** ou saídas antecipadas terão **reposições** em igual atividade, em data definida pela Coordenação de Área, preservado o **interesse do serviço**;
- II. **Justificativas** de faltas devem ser **entregues por escrito** ao Coordenador de Área para **parecer** (com ou sem penalidade);
- III. **Falta justificada** não é infração, mas **exige reposição** das horas.

Art. 34º – Penalidades

- A) **Leves**: advertência **oral**, com **registro** na pasta do interno na Coordenação do Curso;
- B) **Moderadas**: advertência **por escrito**, registro na pasta e **comunicação à PROGRAD/UFCA**;
- C) **Graves**: advertência **por escrito**, registro e comunicação à PROGRAD/UFCA, além de **suspensão** por até **3 dias**, com registro na **lista de frequência**.

§ 1º – É facultado **recurso** em até **72 horas** ao Coordenador do Internato. O documento será avaliado em **reunião extraordinária** com **maioria** do Conselho do Internato; os **efeitos** da punição ficam **suspensos** até decisão final.

§ 2º – Se a infração ocorrer no **final do rodízio** e não houver tempo hábil, o Conselho do Internato decidirá a conduta.

§ 3º – Havendo **ato antiético, desrespeitoso, imoral** ou outras condutas com **ofensa à pessoa, à Unidade de Saúde e/ou à UFCA**, será **instaurado processo administrativo**. Durante a tramitação, o estudante ficará **suspenso** das atividades do Internato.

CAPÍTULO XV – Disposições Finais

Art. 35º – Requisitos para matrícula no Internato

Aprovação em **todos os módulos obrigatórios até o 8º semestre** e cumprimento de **120 h de módulos opcionais** e **120 h de atividades complementares**, conforme o **PPC**.

Art. 36º – Normas complementares

Compete à **Coordenação do Curso** baixar **normas complementares e procedimentais**, observada a legislação, o Regulamento dos Cursos de Graduação da UFCA e este Regimento.

Art. 37º – Matrícula por área

Caberá à **Coordenação do Internato** normatizar o **sistema de matrícula por área**.

Art. 38º – Estudantes de outras IES

Requerimentos de estudantes de **outras IES** para cumprir internato nos serviços da FAMED/UFCA, mesmo aprovados pela **Coordenação do Internato**, somente serão aceitos após **aprovação do Conselho do Internato**.

Art. 39º – Casos omissos

Casos omissos serão analisados e resolvidos pela **Coordenação do Curso de Medicina da UFCA**.

Art. 40º – Vigência

Revogadas as disposições em contrário, este Regimento entra em vigor na data de sua **aprovação pelo Conselho da Unidade Acadêmica**.

Barbalha, 09 de setembro de 2025

Profª. Patrícia Rosane Leite de Figueiredo
Coordenadora do Curso de Medicina

Profª. Emmanuela Quental Callou Sá
Coordenadora Geral do Internato